

## Release de Resultado 2T10

**Dados em 13/08/2010**

(RNEW11) = R\$13,50/Unit

**Valor de Mercado-BM&FBOVESPA**

R\$ 633 milhões

US\$ 362 million

### Relações com Investidores

**Roberto Honzcar**

CFO/DRI

**Guido Lemos**

Gerente de RI

**Daniel Famano**

Gerente de Planejamento Financeiro

**Renata Carvalho**

Controler

[ri@renovaenergia.com.br](mailto:ri@renovaenergia.com.br)

(11) 3569-6746

### Assessoria de imprensa

**Inês Castelo**

[Inês@tree.inf.br](mailto:Inês@tree.inf.br)

**Josy Alves**

[josy@tree.inf.br](mailto:josy@tree.inf.br)

(11) 3093-3600

São Paulo, 13 de Agosto de 2010

### Destaques do Trimestre e Eventos Subseqüentes

- ☉ Abertura de Capital da Companhia com listagem no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa
- ☉ Emissão das autorizações de 12 dos 14 parques eólicos que comercializaram sua energia no LER 2009 pela ANEEL, vigentes por 35 anos
- ☉ Enquadramento de 9 parques eólicos no processo de financiamento com o BNDES
- ☉ Cadastramento de 450 MW adicionais em projetos eólicos, com fator de capacidade médio acima de 50%, para os leilões de renováveis de 2010
- ☉ Emissão de licenças de instalação para as PCH's Figueirinha II e B3, no Estado de Minas Gerais, com potência instalada total de 17MW

**Renova Energia S.A. (RNEW11)** Fundada em 2000 e listada na BOVESPA em 2010, a **Renova** é uma empresa Brasileira que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e energia eólica. A companhia, referência em energia limpa e uma das pioneiras nesse mercado no Brasil, tem um compromisso inalienável com as melhores práticas de governança corporativa, sustentabilidade e preservação do meio ambiente.





## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o primeiro release de resultados da Renova Energia como Companhia listada no nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa. Somos a primeira Companhia do segmento de geração, exclusivamente dedicada a fontes renováveis de energia, a abrir o capital no Brasil.

1

Nesta primeira oportunidade falaremos de como chegamos até aqui, nossa estratégia e valores, e muito brevemente de nossas expectativas para o futuro. Acreditamos que uma realização vale por mil palavras. Queremos que você entenda como funciona o mercado de energia alternativa no Brasil e como a Renova se insere nesse mercado.

Iniciamos nossas atividades no ano de 2001, investindo no desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidráulicas (PCHs), em uma época em que estas ainda careciam de regulação adequada às suas características e não se viabilizavam economicamente sem algum tipo de subsídio. Logo percebemos que a melhor estratégia para assegurar crescimento com qualidade consistia em investir no desenvolvimento de projetos desde a fase inicial com recursos e pessoal próprios, uma vez que os bons ativos logo se tornariam escassos e concorridos.

Desta forma, focamos na frente regulatória, onde participamos ativamente da discussão de novas regras para o setor, e na frente técnica, através do desenvolvimento de nossos primeiros projetos básicos de PCHs e inventários de rios, no Estado da Bahia. Hoje as PCHs são uma realidade, disputadas pelos grandes players do setor devido às taxas de retorno superiores que proporcionam, quando comparadas a projetos de maior porte. São mais de 300 plantas em operação que somam cerca de 3 GW de potência instalada.

Possuímos 3 PCHs, em operação desde 2008, totalizando 42 MW, com 100% da energia contratada pelo prazo de 20 anos junto a Eletrobrás, reajustados anualmente pelo IGPM. Estes contratos nos asseguram uma receita estável, suficiente para honrar todas nossas despesas de estrutura, bem como os investimentos no desenvolvimento de projetos de PCHs e centrais eólicas, que inclui projetos de engenharia, licenciamento ambiental, medição de ventos, regularização fundiária e outros mais. Estes ativos são nossa base para o crescimento.

Em 2006, identificamos no mercado de energia eólica condições similares as que vimos para as PCHs alguns anos antes. Um mercado interno ainda incipiente e carente de regulamentação apropriada, poucos fornecedores de equipamentos disponíveis, e um conhecimento satisfatório dos ventos que já indicava condições favoráveis da região Nordeste do Brasil em comparação com as demais regiões do planeta. Por outro lado, víamos um mercado externo exuberante, com altas taxas anuais de crescimento, importantes evoluções tecnológicas acontecendo e com capacidade para atrair os grandes players mundiais do setor de energia. Esses sinais nos motivaram a direcionar parte de nossos recursos para pesquisar áreas para a geração eólica, e na sequência, investir no desenvolvimento de um grande complexo eólico, com escala suficiente para diluir os custos fixos e de transmissão, e chamar a atenção dos grandes fornecedores de turbinas, que até então não tinham o Brasil no radar.



Tal como prevíamos, chegou o momento da energia eólica no Brasil. Em dezembro de 2009, após ampla discussão de um marco regulatório para o setor, o MME promoveu o primeiro leilão de reserva exclusivamente dedicado a fonte eólica, o qual teve cerca de 14 GW inscritos, dentre os quais cerca de 10 GW foram habilitados, e comercializou 753 MW médios ou 1,8 GW de capacidade instalada. A Renova se destacou com a venda de 14 parques, com capacidade total de 270 MW, maior volume individual do leilão, bem como um dos maiores fatores de capacidade dentre os vencedores.

O sucesso do leilão foi tão grande que motivou um novo leilão de reserva, marcado para os dias 25 e 26 de agosto deste ano, e ainda mais importante, permitiu que o Governo introduzisse a energia eólica nos leilões anuais, conhecidos como A-3, chamado neste caso de leilão de fontes alternativas. Passa a haver, portanto, uma previsibilidade de contratação anual da fonte eólica, conforme pode ser observado no Plano Decenal de Expansão da Energia (PDE 2010-2019), atraindo assim a atuação de um grande número de fabricantes de turbinas e equipamentos para o Brasil, reduzindo os custos de instalação das plantas e conseqüentemente o preço da energia, em um ciclo virtuoso para as Companhias de geração eólica e para os consumidores de energia.

Outro aspecto fundamental de nosso negócio consiste na capacidade de acessar os recursos financeiros necessários para a construção das usinas. Desde logo percebemos a necessidade de contar com parceiros financeiros capazes de aportar recursos, que entendessem o setor e alinhados com o longo prazo de maturação dos projetos. Em 2007 decidimos nos associar ao Fundo Infrabrazil, um dos primeiros FIPs focados em infra-estrutura no Brasil, que além de possuir os pré-requisitos que citamos, possui rígidas normas no que tange meio ambiente e governança corporativa. A partir de então a empresa passou por um processo de estruturação, sempre buscando as melhores práticas de mercado. Em 2009, visando fortalecer nossa estrutura de capital, realizamos nova rodada de captação privada com o fundo, que hoje possui 25% de nosso capital total.

A decisão pela abertura de capital na Bovespa foi uma evolução natural das opções que fizemos no passado. Não queremos ser somente uma empresa que produz energia renovável, mas sim a melhor empresa do setor, e o acesso ao mercado de capitais é um importante diferencial num mercado ainda embrionário e pulverizado.

A Renova hoje é uma empresa com comprovado expertise no desenvolvimento e estruturação de projetos, com parcerias tecnológicas estabelecidas, capacidade financeira e que possui como sócios alguns dos maiores investidores de longo prazo do país. Desenvolvemos ao longo dos últimos 10 anos um dos maiores portfólios de projetos de energia alternativa do Brasil, com qualidade comprovada. Contamos com um quadro de funcionários motivados, que combina profissionais jovens com outros de longa experiência, amplo conhecimento do setor elétrico e, muito importante, que conhecem e compartilham dos valores da empresa.

Olhando à frente vemos grandes oportunidades. As fontes alternativas alcançaram um estágio de maturidade que permitiu ao Governo apostar nestas como uma das principais fontes para atender ao crescimento esperado da demanda, conforme o último plano decenal. Possuímos projetos competitivos e com escala, qualificados para participar nos leilões do mercado



regulado, de forma que estamos bem posicionados para seguir crescendo e aumentar nossa participação de mercado. Nossa meta é oferecer a nossos acionistas crescimento com qualidade e rentabilidade.

## **1. O Mercado de Energia Renovável no Brasil**

A Constituição Federal brasileira determina que a geração, transmissão e distribuição de energia podem ser assumidos diretamente pelo governo ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações.

3

### **1.1 O Marco Regulatório do Setor**

Após o racionamento vivido em 2001 e 2002, em 15 de março de 2004, o governo promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica. Tal modelo visou fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia. Os principais pilares do novo modelo são a segurança no suprimento e a modicidade tarifária para os consumidores.

### **1.2 Fontes Alternativas de Energia**

#### **1.2.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas**

As PCHs são caracterizadas por possuírem potência instalada superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW, destinadas à produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma. A atratividade destas usinas fundamenta-se, principalmente, por suas características de menor impacto ambiental, menor volume de investimentos, prazo de construção mais curto que antecipa a geração de caixa, e acesso a certos incentivos pela regulamentação vigente. Nesse sentido, uma característica da PCH é a dispensa de licitação para obtenção da concessão, bastando ao empreendedor obter autorização da ANEEL.

#### **1.2.2 Energia Eólica**

A também denominada energia dos ventos é aproveitada por meio da conversão da energia cinética de translação em energia cinética de rotação. Para a produção de energia elétrica, são utilizadas turbinas eólicas, também conhecidas como aerogeradores.

De acordo com o Atlas de Energia Elétrica do Brasil, os ventos do Brasil são duas vezes superiores à média mundial e possuem volatilidade de 5% (oscilação da velocidade), o que dá maior previsibilidade ao volume a ser produzido. Além disso, como a velocidade costuma ser maior em períodos de estiagem, existe a grande vantagem de operar as usinas eólicas de forma complementar às usinas hidrelétricas, preservando a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas.



De 2003 à 2010, a capacidade instalada de parques eólicos passou de 22MW à 709MW. Ainda assim, a capacidade instalada atualmente no Brasil, representa apenas 0,50% do potencial estimado brasileiro de 143.000 MW.

### **1.3 Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)**

4

Em 2002, o PROINFA foi estabelecido pelo governo para criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, no caso projetos de energia eólica, PCHs e de biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás compra a energia gerada por estas fontes alternativas por um período de 20 anos e repassa esta energia para consumidores livres e distribuidoras, as quais se incumbem de incluir os custos do programa em suas tarifas para todos os consumidores finais da área de concessão, a exceção dos consumidores de baixa renda.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aprovou a abertura de uma linha de crédito específica para projetos incluídos no PROINFA, com financiamento de até 80% dos custos de construção das usinas inseridas no programa.

Tal programa foi de fundamental importância para introduzir estas fontes no mercado elétrico brasileiro. Além de atrair novos investidores, criou conhecimento específico dos agentes financiadores sobre o setor, bem como fomentou o desenvolvimento de uma base mais ampla de fornecedores de equipamentos e serviços para a construção e operação desses ativos.

### **1.5 Mercado Regulado**

O modelo do setor prevê que as concessionárias de distribuição de energia devem estar 100% contratadas para a demanda esperada para os próximos anos. Neste sentido o MME determina leilões anuais de energia para suprir esta demanda. Estes leilões são para a entrega futura de energia e possuem prazos de 3 anos (Leilão A-3), 5 anos (Leilão A-5), ou apenas 1 ano (Leilão de ajuste).

Nos dias 25 e 26 de agosto de 2010, dois leilões dedicados a geração por fontes renováveis, o leilão de fontes alternativas e o leilão de energia de reserva, contratarão projetos com início do fornecimento em janeiro e setembro de 2013, respectivamente. Nos leilões serão contratados três tipos de produtos: Eólicas, Biomassa e PCHs.

A habilitação técnica dos projetos para os dois leilões foi feita em um processo único de cadastramento através da EPE (Empresa de Pesquisa Energética). O processo abrange todo o detalhamento técnico do projeto, comprovação de direito de uso das terras onde se localizam as usinas, certificações de produção energéticas emitidas por certificadoras independentes, parecer do ONS de viabilidade de conexão a rede elétrica e premissas de investimentos adotados pelos empreendedores.





## 1.6 Leilão de Energia de Reserva – Fonte Eólica

A contratação de energia de reserva tem como objetivo aumentar a segurança no suprimento de energia, e não é considerado como lastro do sistema.

No contrato de energia de reserva utilizado no leilão de 2009 e 2010, celebrado entre os empreendedores e a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a energia gerada pelos projetos vencedores no leilão são comercializados em um PPA (*Power Purchase Agreement*) de 20 anos para a fonte eólica, a uma tarifa fixa por MWh, reajustada anualmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Os contratos foram elaborados de forma a adequar o fluxo financeiro do projeto à sazonalidade inerente ao recurso natural, no caso o vento. O conceito da elaboração dos contratos visa minimizar os impactos no fluxo financeiro do projeto provenientes da variação de disponibilidade do recurso natural utilizado para a geração energética, estabelecendo bandas de tolerância que são contabilizados e liquidados anual ou quadrienalmente dentro dos parâmetros do contrato de compra e venda de energia (PPA).

Neste tipo de contrato o empreendedor não está exposto ao mercado *spot* de energia, e tem como referência sua tarifa vigente como parâmetro de liquidação de eventuais diferenças entre a energia contratada e efetivamente gerada.

## 1.7 Leilão de Fontes Alternativas

O leilão de fontes alternativas de 2010 foi desenvolvido para contratar em um A-3 (3 anos para o início do contrato de suprimento), energia exclusivamente gerada através de fontes renováveis. Neste caso, diferentemente do leilão de energia de reserva, a energia contratada será considerada como lastro do sistema.

Os contratos são celebrados com as distribuidoras que demandaram energia para este leilão. Uma diferença importante entre este contrato e a energia de reserva é a exposição ao mercado *spot* na eventual necessidade de liquidação de uma diferença entre a energia contratada e efetivamente gerada. Esta característica pode ser positiva ou negativa para o empreendedor, dependendo do comportamento de sua produção energética frente ao PLD (Preço de Liquidação de Diferenças).

## 1.8 Participação das Eólicas nos leilões

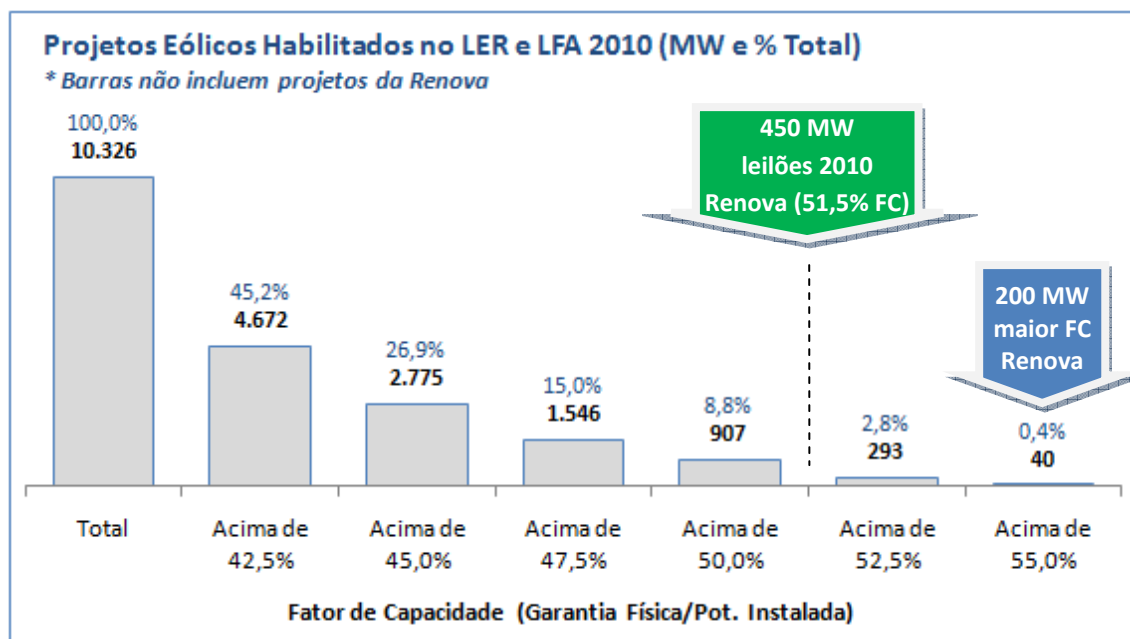
O primeiro leilão dedicado a energia eólica aconteceu em 14 de dezembro de 2009, ocasião na qual o governo contratou aproximadamente 1,8GW de potência instalada, cerca de 3 vezes a quantidade de projetos de eólicas atualmente operacionais no país. Neste leilão, a Renova Energia sagrou-se a maior vencedora em quantidade de parques e energia comercializada, contratando aproximadamente 17% da energia total comercializada no LER2009.



Nos leilões de 2010, o processo de diligência feito pela EPE habilitou 10,8GW para participação nos leilões dedicados a energia renovável, divididos em 408 projetos de energia eólica, de acordo com a publicação feita no Diário Oficial da União em 10 de agosto de 2010. Este total representa mais de 76% do total habilitado de todas as fontes energéticas para o LER2010, e 80% do total do leilão de Fontes Alternativas (A-3). Cabe ressaltar que grande parte dos projetos eólicos estão habilitados a participar em qualquer um dos dois leilões.

Na publicação também foram informadas as garantias físicas de cada empreendimento, possibilitando o cálculo da eficiência energética de cada projeto, representado por seu **fator de capacidade**. O fator de capacidade representa a estimativa média de produção energética sobre a capacidade instalada de cada parque eólico. Este valor depende de vários fatores como a eficiência dos aerogeradores utilizados, a otimização do *layout* escolhido além do próprio potencial eólico na localização dos projetos.

Utilizando a base de dados publicada no diário oficial, podemos classificar os projetos cadastrados pelo critério de fator de capacidade. Este indicador mostra o posicionamento dos projetos quanto a sua capacidade de gerar energia por unidade de capacidade instalada. A Renova Energia colocou 18 parques que somam 450MW nos leilões de reserva e fontes alternativas de 2010. O bloco de oito projetos (200MW) de maior eficiência energética tem fator de capacidade médio ponderado de 55,7%, representando mais de 80% do total de projetos habilitados na banda de maior eficiência energética, composta pelos projetos com fator de capacidade superior a 55%. A média de todos os projetos da Renova Energia nos leilões de 2010, totalizando 450MW, tem fator de capacidade médio de 51,5% certificados pela Garrad Hassan, uma das consultorias mais conceituadas do mundo em estudos de vento. Esse valor representa uma eficiência energética mais de 25% superior à média dos projetos eólicos habilitados para os leilões.



A contratação de 1,8GW de energia eólica no LER2009, o anúncio do LER2010, e principalmente a sinalização pelo Governo de que haverá contratação de projetos eólicos em bases regulares, através do LFA, vem atraindo os grandes fornecedores de equipamentos de



geração eólica a se instalarem no Brasil. Estas empresas visam ingressar ou aumentar sua participação no mercado brasileiro, que acena com expansão contínua, regras estáveis e fontes de financiamento de longo prazo para os projetos contratados. Esse movimento pode ser observado pela atuação crescente no Brasil de grandes *players* no mercado internacional de fornecimento de aerogeradores como GE, Vestas, Siemens, Alstom e Gamesa entre outros, além de Wobben e IMPSA, já presentes no país, que visam atender a demanda gerada pelas contratações deste tipo de tecnologia no mercado regulado.

## 1.9 Créditos de Carbono

Como fonte de receita adicional aos projetos, as regras do leilão prevêem que os empreendedores têm o direito de explorar as potenciais emissões de certificados de redução de emissão de gases do efeito estufa, também conhecidos como créditos de carbono (CER). Os CERs podem ser comercializados em um único contrato de 10 anos ou contratos subsequentes de 7 anos, totalizando 21 anos de prazo total. Os maiores compradores deste tipo de certificado encontram-se nos mercados europeu e japonês, que possuem esquemas próprios de metas e negociação. Os projetos de energia alternativa, como PCHs, biomassa e eólicas já possuem metodologia aprovada no âmbito do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e são elegíveis para acessar estes mercados.

## 1.10 Mercado Livre

O mercado livre está previsto na regulamentação do setor elétrico e permite que os consumidores de carga superior a 3MW, ou “potencialmente livres”, firmem contratos bilaterais com geradores de energia e não estejam vinculados a concessionária de distribuição local. A regulamentação prevê ainda que os consumidores de média tensão, entre 500kW e 3MW, firmem contratos bilaterais de compra de energia com os chamados geradores incentivados, definidos abaixo.

Tal medida visa viabilizar a implantação de empreendimentos de pequeno porte, localizados nas proximidades de centros de consumo. Neste sentido, o governo determinou em Lei um desconto (não inferior à 50%) nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) para determinados tipos de geradores. O benefício do desconto no fio se estende também aos consumidores que adquirirem energia destes geradores.

Os agentes do Mercado Incentivado de Energia são:

### 1.10.1 Gerador Incentivado

Titulares de PCH ou empreendimentos com base em fontes solar, eólica e biomassa, cuja potência seja igual ou inferior a 30 MW, além de qualquer empreendimento com potência instalada igual ou inferior a 1 MW;

### 1.10.2 Consumidor Especial





Unidade consumidora ou conjunto de unidades consumidoras do Grupo “A”, integrante(s) do mesmo submercado no SIN, reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e inferior a 3 MW.

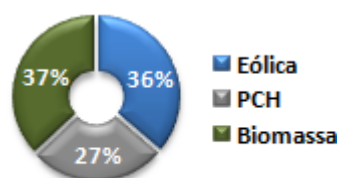
A celebração do Contrato de Compra de Energia Incentivada (CCEI) tem cláusulas e preços livremente negociáveis entre o Agente Gerador Incentivado e o Consumidor Especial. O custo de oportunidade para a venda de energia incentivada também leva em consideração o desconto na tarifa fio que é concedida ao consumidor especial. (Tarifa de Fornecimento = Tarifa de Energia + Tarifa Fio). O valor do desconto pode ser capturado na tarifa ofertada pelo gerador incentivado, pois a contratação deste tipo de energia é condição para o direito ao desconto na TUSD.

O mercado livre hoje é predominantemente composto por grandes consumidores de energia, com carga de consumo superior a 3 MW. Entretanto, estima-se que os consumidores especiais tem participação expressiva na matriz representando uma excelente oportunidade de mercado para as fontes alternativas, uma vez que só podem migrar para o mercado livre se comprarem energia de fonte incentivada, PCH, eólica ou biomassa,

### 1.11 Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE

De acordo com o Plano Decenal da Expansão de Energia 2010-2019, preparado pela EPE, dentro do cenário macroeconômico utilizado como base para o estudo, será necessária uma média de nova oferta de energia firme de 3,3 GW médios ao ano, que corresponde a 6,3 GW da capacidade instalada anual até 2019. Nesse cenário é utilizado um crescimento projetado do PIB de 5,1% a.a., onde as fontes renováveis (hidráulica, biomassa e eólica) são citadas como prioridade na expansão da oferta de nova energia ao sistema.

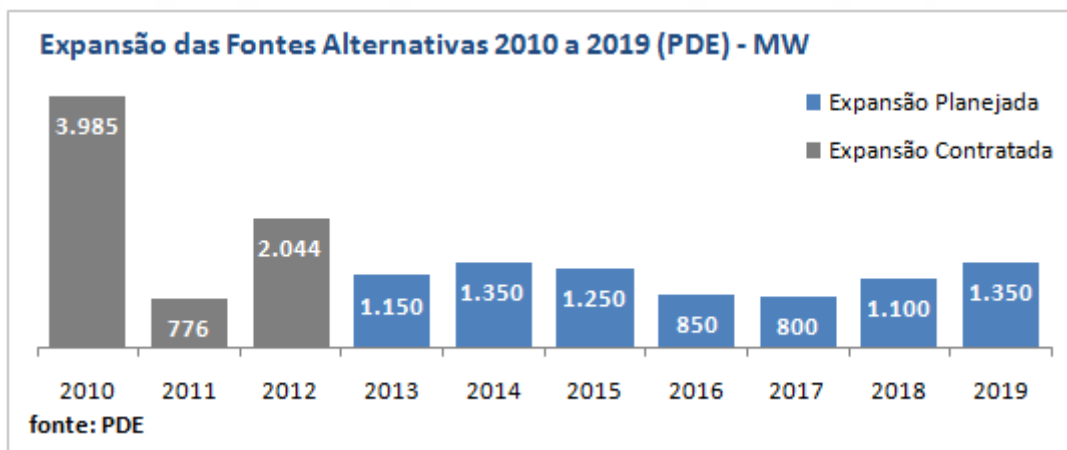
As fontes alternativas representam uma parte importante deste crescimento de nova oferta de geração de energia, com projeções de 14,7GW a serem implementados somando 6,8GW de projetos já contratados, e 7,9GW planejados para entrada em operação entre 2013 e 2019.



fonte: PDE

É estimado que mais de um terço das fontes alternativas sejam provenientes de projetos eólicos (36%), sendo o restante proveniente de projetos de PCH (27%) e Biomassa (37%).

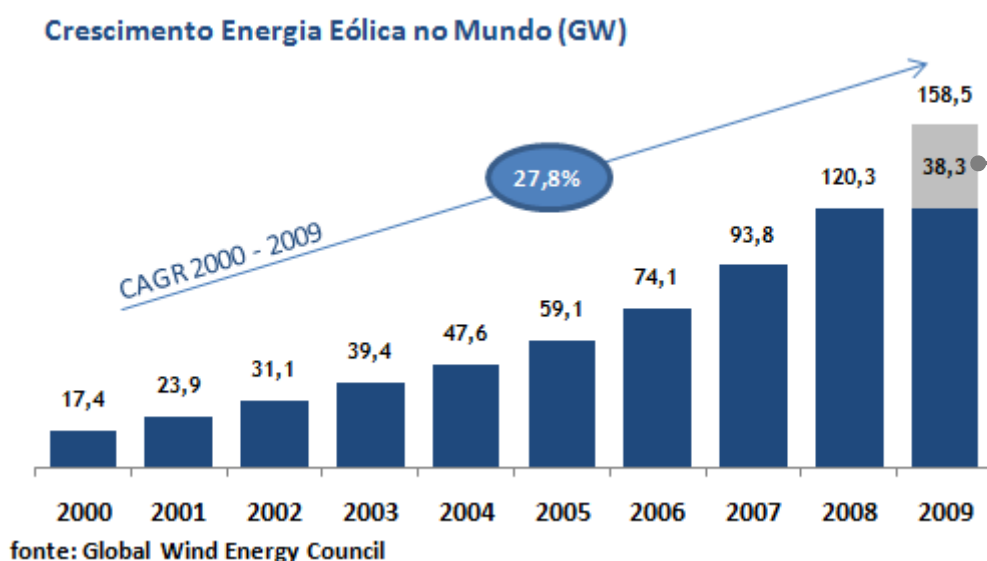
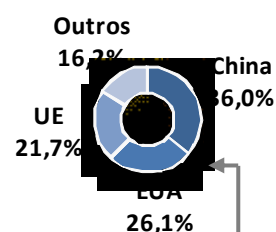
Uma parte desta demanda será contratada nos leilões que ocorrem nos dias 25 e 26 de agosto de 2010, cujo início de fornecimento será em janeiro e setembro de 2013.



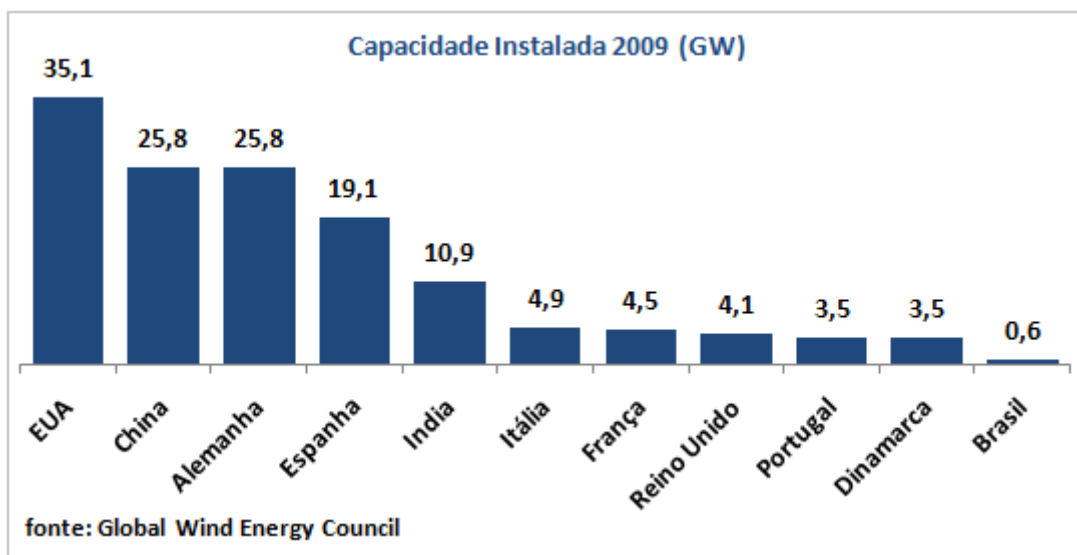
9

### 1.12 Mercado mundial de energia eólica

De acordo com a GWEC (Global Wind Energy Council) a capacidade instalada de geração eólica mundial atingiu a marca de 158GW instalados no final de 2009. O volume instalado em 2009 representou a adição de 38,3GW, liderado pela China com 36% deste crescimento ou mais de 13GW e Estados Unidos com 26% ou cerca de 10GW. A taxa de crescimento desta década atinge a impressionante marca de um CAGR (Compound Annual Growth Rate) de 27,8%.



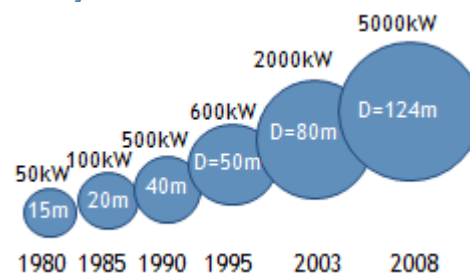
A maior capacidade instalada de energia eólica se localiza nos EUA com 35,1GW no final de 2009. No último ano a China ultrapassou a Alemanha atingindo a marca de 25,8GW de capacidade instalada, além de ser responsável por mais de um terço do crescimento mundial no ano de 2009. No mesmo estudo o Brasil aparece com apenas 0,6GW de capacidade eólica. Somando os projetos contratados no Proinfa e no LER2009, essa marca deve chegar em 3,2GW em julho de 2012, número que representa ainda uma participação muito pequena dentro de nossa matriz energética e frente ao potencial estimado desta fonte no Brasil.



### 1.13 Desenvolvimento Tecnológico – Fonte Eólica

A evolução tecnológica dos equipamentos utilizados auxiliou no aumento da eficiência energética para conversão da energia cinética dos ventos em energia elétrica. Mudanças estruturais, assim como avanços em estudos aerodinâmicos permitiram menores impactos por turbulência e rajadas, permitindo assim a utilização de rotores maiores. O aumento dos rotores permite um aumento da área de captação da energia cinética dos ventos, fazendo assim com que a conversão desta energia seja mais eficiente por cada unidade geradora.

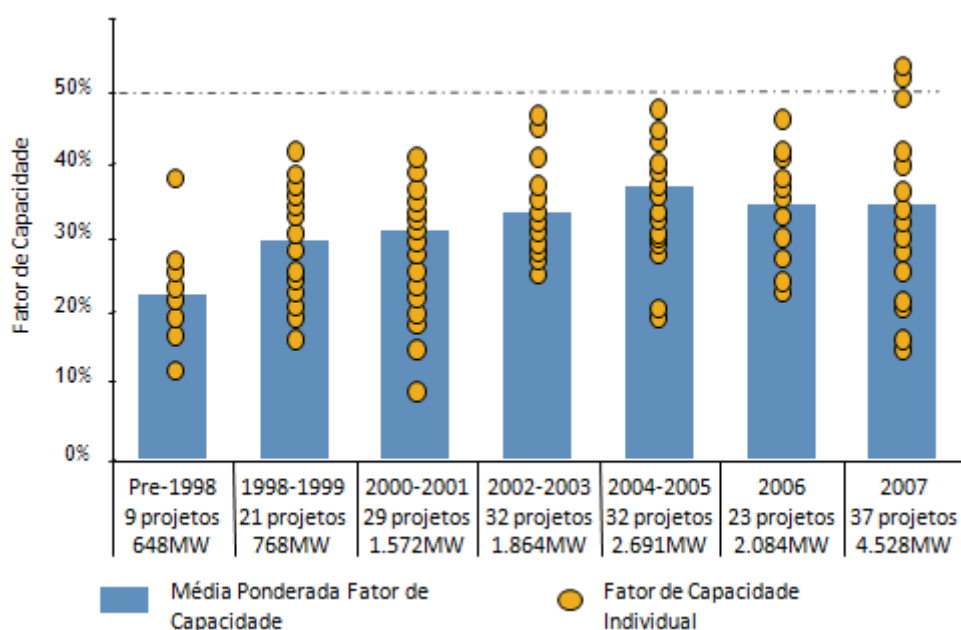
**Evolução do tamanho do rotor**



Um estudo feito pela Berkeley University mostra o impacto da evolução tecnológica no aumento da eficiência dos projetos eólicos utilizando uma amostragem de 183 projetos em mais de 14,1GW de potência instalada em projetos anteriores a 1998 até 2007. Nos projetos de 2007 já podem ser observados fatores de capacidade acima de 50% dentro da amostra utilizada no estudo, casos em que a tecnologia aliada a um alto potencial eólico em alguns sites permitiu um avanço significativo na qualidade dos projetos eólicos.



### Evolução dos Fatores de Capacidade em projetos nos Estados Unidos



11

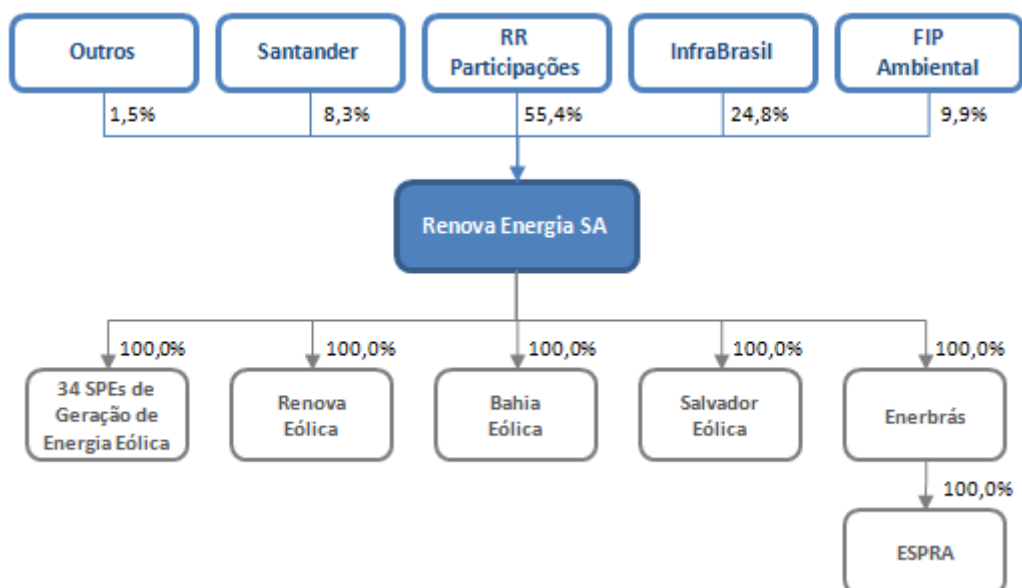
No caso do Brasil, onde a fonte eólica está no início de seu desenvolvimento e é contratada em processo competitivo, o desenvolvimento tecnológico recentemente alcançado, permite que os projetos ora em implantação, de maneira geral os mais competitivos e com maior fator de capacidade e produção de energia, possam se beneficiar de uma tecnologia mais atual e eficiente, trazendo melhores condições de viabilidade econômica e aproveitamento do potencial energético e conseqüente redução de preços para os consumidores de energia.

## 2. A Renova Energia

**Renova Energia S.A. (RNEW11)** Fundada em 2001 e listada na BOVESPA em 2010, a **Renova** é uma empresa Brasileira que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e energia eólica. A companhia, referência em energia limpa e uma das pioneiras nesse mercado no Brasil, tem um compromisso inalienável com as melhores práticas de governança corporativa, sustentabilidade e preservação do meio ambiente. A **Renova** conta com uma sólida equipe de profissionais com mais de 20 anos de experiência no setor, provenientes de órgãos ambientais, empresas de energia e de engenharia, e utiliza uma abordagem diferenciada ao setor de energia alternativa, integrando estrategicamente as atividades de prospecção e desenvolvimento de projetos ao seu modelo de negócios. Entre os sócios da **Renova** estão os maiores Fundos de Pensão do País e instituições financeiras, representados pelo Fundo InfraBrasil e FIP Ambiental, signatários dos Princípios do Equador, que condicionam a concessão de financiamentos para projetos de infra-estrutura a responsabilidade sócio-ambiental.



## 2.1 Estrutura Societária da Companhia



12

## 2.2 Presença Geográfica







## 2.3 PCHs em Operação

O ano de 2008 marcou o término da construção de nossas usinas pela CNO, construtora do Grupo Odebrecht.

	Localização	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW	Início Contrato	PPA (anos)	Receita Bruta 2009 (R\$mi)	Mês Base de reajuste IGP-M
Cachoeira da Lixa	Bahia	14,8	8,3	Mai/08	20	11,0	Junho
Colino 1	Bahia	11,0	7,3	Jul/08	20	10,0	Junho
Colino 2	Bahia	16,0	10,5	Set/08	20	14,0	Junho

13

### 2.3.1 Financiamento de Longo Prazo

	Valor Total R\$mi	Prazo	Custo
BNB-FNE	129,0	20	*8,1% a.a.
Repassse IFC	20,0	6	CDI + 2,5% a.a.

\*9,5% com rebate de 15% para pagamento dentro do prazo

## 2.4 Complexo Eólico

Parque	Pot. Inst. (MW)	Fator de Cap. (%)*
EOL Candiba	9,0	49,4%
EOL Licinio de Almeida	22,5	50,6%
EOL Pindai	22,5	51,1%
EOL Ilheus	10,5	49,9%
EOL Igaporã	30,0	48,4%
EOL Serra do Salto	15,0	51,7%
EOL Alvorada	7,5	55,0%
EOL Guanambi	16,5	53,5%
EOL Guirapá	27,0	52,4%
EOL Rio Verde	30,0	57,6%
EOL Porto Seguro	6,0	47,4%
EOL Nossa Senhora Conceição	24,0	53,9%
EOL Pajeu do Vento	24,0	57,1%
EOL Planaltina	25,5	57,0%
<b>TOTAL</b>	<b>270,0</b>	<b>53,1%</b>

\* Certificado pela Garrad Hassan



Em 14 de dezembro de 2009, os projetos acima foram contratados no 2º leilão de reserva, o primeiro dedicado a fonte eólica no país. Os contratos de compra e venda de energia são celebrados com a CCEE por 20 anos, reajustados anualmente pelo IPCA. Os projetos da Renova neste leilão foram comercializados em média por R\$145,81/MWh, em linha com a média contratada no leilão (R\$148,39).

Os projetos devem iniciar sua operação até o dia 1º de julho de 2012, de acordo com o edital. O principal fornecedor de equipamento para estes parques eólicos é a GE, que além dos aerogeradores será responsável pelo transporte, montagem, instalação e comissionamento do aerogeradores.

A estrutura de capital planejada prevê capital próprio da Renova e financiamentos de longo prazo do BNDES e BNB, através de linhas específicas para projetos de energia.

14

### **3.0 Destaques Selecionados e Eventos Subseqüentes em Detalhe**

#### **3.1 Abertura de Capital da Companhia com listagem no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa**

As ações da Renova, primeira companhia pura de energia renovável a chegar a Bolsa no Brasil, começaram a ser negociadas em 12 de Julho de 2010. A oferta pública inicial de ações (IPO) ocorreu em operação coordenada pelos Bancos Santander e Bank of America Merrill Lynch. A Companhia captou R\$160,7 milhões por meio da emissão de 10.713.800 Units, e está listada no Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA sob sigla RNEW11.

#### **3.2 Emissão das autorizações de 12 dos 14 parques eólicos que comercializaram sua energia no LER 2009 pela ANEEL, vigentes por 35 anos**

Dentro do processo de formalização do resultado do LER 2009, foram emitidas 12 outorgas de autorizações para nossos parques eólicos, restando apenas 2 a serem emitidas. As autorizações são emitidas pelo prazo de 35 anos a partir de sua data de emissão, período no qual o empreendedor tem o direito de explorar o ativo.

#### **3.3 Enquadramento de 9 parques eólicos no processo de financiamento com o BNDES**

A totalidade de projetos apresentados ao BNDES para financiamento de longo prazo foram enquadrados, ou seja, passaram pelo primeiro nível de aprovação onde a elegibilidade do financiamento é avaliada. As linhas de financiamento específicas para este tipo de projeto podem alcançar até 75% do valor total dos investimentos, que representam para estes projetos um valor aproximado de 500 milhões de reais. Os 5 projetos que completam os 270MW do LER 2009, estão na fase de enquadramento no BNB (Banco do Nordeste). Os dois bancos apresentam linhas de longo prazo, adequadas ao prazo do PPA, sendo 18 anos de prazo máximo para o BNDES e até 20 anos no BNB.



## 4.0 Análise da Demonstração do Resultado Consolidado

Renova Energia S.A.						
Valores em R\$ milhares	Consolidado					
	2T10	2T09		1S10	1S09	
Receita operacional bruta	9,1	8,7	5%	18,1	17,3	5%
(-) Impostos - Pis e Cofins	(0,3)	(0,3)	5%	(0,7)	(0,6)	5%
Receita operacional líquida (ROL)	8,8	8,4	5%	17,4	16,6	5%
Custos não gerenciáveis	(0,3)	(0,2)	35%	(0,7)	(0,6)	19%
Custos gerenciáveis	(0,9)	(0,7)	20%	(1,6)	(1,5)	11%
Depreciação	(1,8)	(1,8)	2%	(3,6)	(3,4)	4%
Lucro operacional	5,8	5,6	3%	11,6	11,1	4%
Despesas administrativas	(4,2)	(2,6)	65%	(6,6)	(5,0)	33%
Depreciação administrativa	(0,0)	(0,0)	34%	(0,1)	(0,1)	24%
Receitas/Despesas Financeiras	(2,3)	(5,3)	-57%	(4,4)	(10,0)	-56%
Despesas não operacionais	(0,2)	(0,1)	126%	(0,2)	(0,1)	146%
IR e CS	(0,4)	(0,4)	13%	(0,8)	(0,7)	7%
Prejuízo líquido	(1,3)	(2,7)	-51%	(0,5)	(4,7)	-90%
Energia vendida (MW hora)	56.107	56.107		56.107	56.107	
Número de Empregados	57	42		57	42	

### 4.1 Receita operacional Líquida

A receita operacional líquida consolidada é originada pela controlada Energética Serra da Prata, ESPRA, através do contrato de compra e venda de energia firmado com a Eletrobrás nos termos do PROINFA. A tarifa atual do contrato é de R\$ 166,8/MWh. No segundo trimestre vendemos 56.107 MWh, gerando uma receita líquida de R\$ 9,1 milhões; a variação registrada deveu-se principalmente a correção anual no contrato de suprimento pelo IGP-M.

### 4.2 Custos

Separamos os custos de produção de energia em gerenciáveis e não gerenciáveis. Os custos não gerenciáveis correspondem ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as usinas se conectam, através da cobrança da TUSD, conforme contrato firmado em fevereiro de 2008, bem como taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL, ambos pertencentes a ESPRA. Os custos não gerenciáveis variaram no período devido ao início da cobrança da taxa de fiscalização, que é regulada pela ANEEL.

Os custos gerenciáveis correspondem as atividades de operação e manutenção das usinas Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, da controlada ESPRA, exercidas pela empresa ENEX, conforme contrato assinado em agosto de 2007. Os custos gerenciáveis variaram no período devido a reajuste do contrato e aquisição de material para manutenção preventiva.



#### 4.3 Despesas Administrativas

Renova Energia S/A			
Valores em R\$ milhares	Consolidado		
	2T10	2T09	%
Pessoal, Administração	0,9	1,6	-47%
Serviços de Terceiros	0,9	0,6	46%
Alugueis e arrendamentos	0,2	0,2	64%
Viagens	0,1	0,1	11%
Outras despesas administrativas	2,1	0,1	-
<b>Total</b>	<b>4,2</b>	<b>2,6</b>	<b>65%</b>

16

As despesas administrativas referem-se a estrutura corporativa da holding que realiza as atividades administrativo-financeiras, contábil-fiscal, legal e regulatória entre outras.

Nesta conta são contabilizados como perda os investimentos em projetos de PCHs e eólicas que decidimos por descontinuar, conforme explicado no item de ativos intangíveis.

A variação nas despesas registrada no período deveu-se ao aumento da estrutura da companhia, necessário para suportar o crescimento das atividades. No período aumentamos nosso quadro de colaboradores em 36%, passando de 42 no 2T09 para 57 o 2T10. Após a implantação de sistema de controle interno passamos a capitalizar<sup>1</sup> as despesas desta conta diretamente associadas a investimentos em novos ativos de geração da Companhia. A redução de R\$ 0,7 milhões ou 47% com pessoal e administração no período deve-se a esta mudança de critério contábil, com a conseqüente capitalização de R\$ 1,2 milhões destes itens no trimestre.

#### 4.4 Depreciação

Renova Energia S.A.		
Valores em R\$ milhares	Consolidado	
	2T10	2T09
Depreciação	(1,8)	(1,8)
Depreciação administrativa*	(0,0)	(0,0)
<b>Depreciação total</b>	<b>(1,8)</b>	<b>(1,8)</b>

\* Gastos com despesas adm: R\$47.000,00 e R\$35.000,00 respectivamente

Os gastos incorridos no consolidado referem-se a depreciação composta pelo Investimento na ESPRA e depreciação dos escritórios administrativos.

<sup>1</sup> Onde a empresa adotou um sistema de apuração de horas no qual reconhece como despesas o tempo dedicado às atividades operacionais, e como ativo intangível a parcela de tempo dedicada ao desenvolvimento de novos ativos para a empresa.



## 4.5 Resultado Financeiro

Renova Energia S.A.			
Valores em R\$ milhares	Consolidado		
	2T10	2T09	%
<u>Receitas Financeiras</u>	1,0	0,9	12%
<u>Rendimentos Aplicações Financeiras</u>	0,8	0,3	166%
<u>Variação monetária</u>	-	0,5	-100%
<u>Outras receitas financeiras</u>	0,2	0,1	54%
 <u>Despesas Financeiras</u>	 (3,3)	 (6,2)	 -47%
<u>Encargos de Dívida</u>	(3,0)	(2,5)	21%
<u>Outras despesas financeiras</u>	(0,3)	(3,8)	-92%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2,3)</b>	<b>(5,3)</b>	<b>-57%</b>

17

A Companhia emitiu debêntures nos anos de 2008 e 2007 através da Controladora Enerbras, as quais foram canceladas em maio de 2009. Durante o 2T09 os juros do período de abril e maio referente a essas debêntures foram registrados na conta de outras despesas financeiras. Com o cancelamento e conversão em capital dessas debêntures, conforme AGE de 29 de maio de 2009, houve uma redução de 57% na despesa financeira líquida do período, que representou R\$ 3,0 milhões.

## 5.0 Análise dos Principais Indicadores Econômicos e Financeiros

Balança Patrimonial Consolidado							
(Valores em milhares de R\$)							
Ativo Consolidado			Passivo Consolidado				
	2T10	2T09	%		2T10	2T09	%
<u>Ativo Circulante</u>	<u>41,3</u>	<u>56,1</u>	-26%	<u>Passivo Circulante</u>	<u>18,7</u>	<u>11,6</u>	62%
Disponibilidade	24,3	0,9	n/a	Empréstimos e Financiamentos	14,1	4,1	n/a
Outros	17,0	55,2	-69%	Outros	4,6	7,4	-38%
				<u>Passivo não Circulante</u>	<u>135,3</u>	<u>146,9</u>	-8%
				Empréstimos e Financiamentos	128,8	140,5	-8%
<u>Ativo não Circulante</u>	<u>251,1</u>	<u>238,2</u>	5%	Outros	6,4	6,4	0%
Ativo Realizável a Longo Prazo	11,3	12,4	-9%				
Investimentos	0,1	0,1	0%	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>138,5</u>	<u>135,8</u>	2%
Imobilizado	202,5	203,9	-1%	Capital Social	165,8	46,5	256%
Intangível	37,2	21,8	71%	Reserva de Capital	-	119,3	n/a
				Prejuízos Acumulados	(27,4)	(30,0)	-9%
Ativo Total	292,4	294,3	-1%	Passivo Total	292,4	294,3	-1%

### 5.1 Investimentos

A redução de R\$ 14,8 milhões no ativo circulante no período, 26% do total, corresponde ao incremento dos investimentos em projetos, que apresentou aumento de 71% na conta de ativo intangível, onde capitalizamos os investimentos em desenvolvimento de projetos de PCHs e parques eólicos.





Investimos continuamente no desenvolvimento e ampliação do nosso portfólio de projetos de PCHs e parques eólicos, os quais são registrados na conta de Ativo Intangível.

Os investimentos da companhia em novos projetos básicos em PCHs, inventários de Rios, e projetos de centrais eólicas estão demonstrado no quadro abaixo:

#### Movimentação Investimentos em Intangíveis

18

<i>Evolução do Investimento em Intangíveis- Valores em R\$ milhares</i>						
	<b>Tot. 1S10</b>	<b>Tot. 1S09</b>	<b>Var.%</b>	<b>2T10</b>	<b>2T09</b>	<b>Var.%</b>
<i>Parques Eólicos</i>	12,2	2,4	410%	5,0	0,5	917%
<i>Inventários</i>	10,8	5,2	108%	0,6	0,9	-31%
<i>PCHs</i>	9,7	8,1	19%	(1,4)	0,6	n/a
<i>ESPRA</i>	4,5	6,1	-26%	(0,4)	(0,4)	0%
<b>Total</b>	<b>37,2</b>	<b>21,8</b>	<b>71%</b>	<b>3,8</b>	<b>1,6</b>	<b>133%</b>

A Companhia iniciou no primeiro semestre de 2010 a fase de otimização de projetos e elaboração do projeto executivo de 14 parques eólicos vencedores do LER 2009, num total de 270 MW, fato este que antecede o início da mobilização de canteiro para o início das obras civis dos parques. Essa construção tem como provedor de tecnologia a General Electric (GE), empresa responsável pelo fornecimento, transporte e montagem de 180 aerogeradores de 1,5 MW de potência cada.

No 2T10 a Companhia investiu R\$ 5,0 milhões em desenvolvimento do projeto executivo dos 14 parques eólicos vencedores do Leilão, R\$ 0,6 milhões em desenvolvimento de inventários e R\$ 0,4 milhões em desenvolvimento de projetos de PCH's. Neste mesmo período a Companhia registrou a baixa de dois projetos de PCH's no Estado da Bahia, PCH Pauferro e PCH Cantagalo no valor de R\$ 1,8 milhões que foi registrado na rubrica de outras despesas administrativas. Estes projetos ainda se encontravam em fase prévia a comercialização de energia, sem nenhum compromisso assumido de investimentos e a decisão de descontinuidade se deveu a dificuldades no licenciamento ambiental dos mesmos que se encontrava ainda em fase inicial.

Dentre o valor total contabilizado nesta conta, o Complexo Hidroelétrico Serra da Prata possui um saldo de R\$ 4,5 milhões que esta sendo amortizado no valor de R\$ 0,4 milhões ao trimestre.

## 5.2 Financiamentos e Patrimônio Líquido

O endividamento bruto da empresa, representado pelos empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo com instituições financeiras, atingiu o valor de R\$ 142,9 milhões no 2T10, tendo em vista juros pagos no período e amortizações de principal. Deste total 119,0 milhões se referem a linha de FNE contratada junto ao BNB por prazo de 20 anos e R\$23,9 milhões se referem a linha de repasse do Internacional Finance Corporation (IFC) com prazo final em 2014.



Vencimentos das parcelas não circulantes:

<i>Ano de Vencimento:</i>	<b>R\$</b>
2011	7,0
2012	8,9
2013	13,4
2014	5,7
Após 2014	93,8
<b>Total</b>	<b>128,8</b>

19

O aumento no Patrimônio Líquido deveu-se ao lucro operacional acumulado no período.

## 6.0 Controladas em Atividade Operacional

<i>Complexo Hidroelétrico Serra da Prata - ESPRA</i>				
<i>Valores em R\$ milhares</i>	<b>2T10</b>	<b>%</b>	<b>2T09</b>	<b>%</b>
<i>Receita operacional bruta</i>	9,1	100%	8,7	100%
<i>(-) Impostos - Pis e Cofins</i>	(0,3)	-4%	(0,3)	-4%
<b><i>Receita operacional líquida (ROL)</i></b>	<b>8,8</b>	<b>96%</b>	<b>8,4</b>	<b>96%</b>
<i>Custos não gerenciáveis</i>	(0,3)	-3%	(0,2)	-2%
<i>Custos gerenciáveis</i>	(0,9)	-10%	(0,7)	-9%
<i>Despesas administrativas</i>	(0,0)	-1%	(0,0)	-1%
<i>Depreciação</i>	(1,8)	-20%	(1,8)	-20%
<b><i>Lucro operacional</i></b>	<b>5,8</b>	<b>63%</b>	<b>5,6</b>	<b>65%</b>
<i>Depreciação administrativa</i>	(0,0)	0%	(0,0)	0%
<i>Receitas/Despesas Financeiras</i>	(2,0)	-22%	(3,4)	-40%
<i>Despesas não operacionais</i>	(0,1)	-1%	-	0%
<i>IR e CS</i>	(0,4)	-5%	(0,4)	-4%
<b><i>Lucro líquido</i></b>	<b>3,2</b>	<b>56%</b>	<b>1,8</b>	<b>32%</b>
<b><i>EBITDA</i></b>	<b>7,5</b>	<b>83%</b>	<b>7,4</b>	<b>85%</b>
<i>Energia vendida (MW hora)</i>	56.107		56.107	

A ESPRA encontra-se em operação desde maio de 2008, com as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II. A energia proveniente das usinas mencionadas foram vendidas no âmbito do PROINFA, em contrato de compra e venda de energia celebrado com a ELETROBRÁS, pelo qual a ESPRA se comprometeu a vender sua produção de energia, passível de ser contratada por um prazo de 20 anos, ajustado anualmente nos meses de junho pelo IGP-M.

No 2T10 a Espra obteve uma receita operacional líquida de R\$ 8,8 milhões, 5% acima do mesmo período do ano anterior, em decorrência do reajuste pelo IGPM. O Lucro operacional foi de R\$ 5,8 milhões, com aumento de 4% em relação ao ano anterior e margem de 63% da receita bruta. O EBITDA foi de R\$ 7,5 milhões com aumento de 3% em relação ao ano anterior e margem de 83% da receita bruta.



## 7.0 Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial Consolidado									
(Valores em milhares de R\$)									
Ativo Consolidado	Controladora		Consolidado		Passivo Consolidado	Controladora		Consolidado	
	2T10	2T09	2T10	2T09		2T10	2T09	2T10	2T09
<u>Ativo Circulante</u>	<u>34,4</u>	<u>50,8</u>	<u>41,3</u>	<u>56,1</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>3,7</u>	<u>4,5</u>	<u>18,7</u>	<u>11,6</u>
Disponibilidade	22,0	-	24,3	0,9	Empréstimos e Financiamentos	-	-	14,1	4,1
Clientes	-	-	-	3,8	Fornecedores	2,5	3,2	-	5,7
Outros	12,4	50,8	17,0	51,4	Outros	1,2	1,3	4,6	1,7
<u>Ativo não Circulante</u>	<u>118,7</u>	<u>93,5</u>	<u>251,1</u>	<u>238,2</u>	<u>Passivo não Circulante</u>	<u>10,9</u>	<u>4,0</u>	<u>135,3</u>	<u>146,9</u>
Cauções e Depósitos	0,2	-	11,3	12,4	Empréstimos e Financiamentos	-	-	128,8	140,5
Partes Relacionadas	0,1	3,6	-	-	Partes Relacionadas	10,9	-	-	-
Outros créditos	0,1	-	0,1	0,0	Deságio na aquisição de invest	-	-	6,4	6,4
Investimentos	80,8	71,2	-	0,1	Outros	-	4,0	-	-
Imobilizado	6,4	3,1	202,5	203,9	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>138,5</u>	<u>135,8</u>	<u>138,5</u>	<u>135,8</u>
Intangível	31,2	15,6	37,2	21,8	Capital Social	165,8	46,5	165,8	46,5
					Reserva de Capital	-	119,3	-	119,3
					Prejuízos Acumulados	(27,4)	(30,0)	(27,4)	(30,0)
Ativo Total	153,1	144,3	292,4	294,3	Passivo Total	153,1	144,3	292,4	294,3

20

## 8.0 Demonstração do Resultado do Exercício

Renova Energia S.A.				
Valores em R\$ milhares	Controladora		Consolidado	
	2T10	2T09	2T10	2T09
Receita operacional bruta	-	-	9,1	8,7
(-) Impostos - Pis e Cofins	-	-	(0,3)	(0,3)
Receita operacional líquida (ROL)	-	-	8,8	8,4
Custos não gerenciáveis	-	-	(0,3)	(0,2)
Custos gerenciáveis	-	-	(0,9)	(0,7)
Depreciação	-	-	(1,8)	(1,8)
Lucro operacional	-	-	5,8	5,6
Despesas administrativas	(4,1)	(2,4)	(4,2)	(2,6)
Depreciação administrativa	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Receitas/Despesas Financeiras	0,4	0,0	(2,3)	(5,3)
Resultado da Equivalência Patrimonial	2,4	(0,3)	-	-
Despesas não operacionais	-	-	(0,2)	(0,1)
IR e CS	-	-	(0,4)	(0,4)
Prejuízo líquido	(1,3)	(2,7)	(1,3)	(2,7)
Energia vendida (MW hora)	-	-	56.107	56.107
Número de Empregados	57	42	57	42



## 9.0 Sustentabilidade e Meio Ambiente

Compreendendo o seu negócio como a geração de energia com respeito ao meio ambiente, a Renova Energia está empenhada em assegurar a perenidade das suas atividades, possuindo plena consciência do seu papel e da sua responsabilidade sócio ambiental, o desenvolvimento sustentável, e seus pilares social, ambiental e econômico.

21

No segundo trimestre de 2010 demos continuidade aos programas ambientais e de relacionamento com as comunidades onde atuamos, tanto nos empreendimentos de PCHs no Complexo Serra da Prata, localizado no sul da Bahia, como no processo de preparação para iniciar a implantação de nosso Complexo Eólico que inclui 14 parques que somam 270 MW de capacidade instalada, nos municípios de Pindaí, Guanambi e Caetité também naquele estado.

Segue abaixo, relação dos programas elaborados e implementados.

### 9.1 Para o Complexo Serra da Prata (PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino I e PCH Colino II)

- Programa Limnológico e de qualidade das águas;
- Análise Preliminar de Risco;
- Educação Ambiental;
- Controle de Processos Erosivos e Assoreamento;
- Comunicação Social;
- Monitoramento e Conservação da Fauna Silvestre na área de influência direta do empreendimento;
- Monitoramento de Ictiofauna;
- Recuperação de Áreas Degradadas;
- Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT;
- Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO;
- Plano de ação emergencial – PAE da Barragem, em conformidade com as diretrizes e parâmetros estabelecidos no Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, do Ministério da Integração Nacional;
- Capacitação da mão de obra local;

*Outras ações socioambientais, em fase de planejamento no Complexo Serra da Prata são:*

- Fomento e apoio a atividades geradoras de renda nas comunidades, como Apicultura, Piscicultura e Turismo Ecológico;
- Apoio a escolas públicas locais, na área de influencia dos empreendimentos, em atividades vinculadas a Cidadania e Sustentabilidade, como gincanas ambientais, campanhas de saúde pública, palestras de interesse social, teatro, esporte, dentre outras.

O objetivo principal desses programas e ações é atender aos anseios da comunidade, com a minimização e compensação dos impactos ambientais, assim como a promoção de atividades que promovam o desenvolvimento humano e social nas comunidades onde atuamos, bem como estar em dia com toda a legislação ambiental vigente.



## 9.2 Para o Complexo Eólico Renova

Da mesma forma, nos 14 parque eólicos localizados no interior da Bahia, atualmente em fase de Licenciamento Ambiental para obtenção da Licença de Implantação (LI), e que deverá ter início de obras no segundo semestre 2010, alguns dos Programas previstos já se encontram em elaboração, tais como:

- Monitoramento da avifauna, quiropteroфаuna e mastofаuna da área de influência direta do empreendimento;
- Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) a serem alteradas pela implantação, principalmente no que diz respeito às vias de acesso externas e internas, bem como o local dos canteiros de obras, com o uso de espécies nativas de cada uma das fitofisionomias presentes;
- Educação Ambiental para os Trabalhadores do Empreendimento;
- Educação em Saúde para as comunidades do entorno, incluindo os subprogramas de Educação Sexual e Prevenção às Drogas;
- Sinalização e Controle de Tráfego, visando à segurança dos moradores e animais localizados ao longo das estradas do entorno do empreendimento;
- Controle Médico e de Saúde Ocupacional – PCMSO com aprovação do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador – CESAT/Ba;
- Gerenciamento de Risco – PGR, conforme legislação vigente, considerando os riscos físicos, químicos e biológicos;
- Monitoramento de Ruído para a área de entorno do empreendimento, o qual deve atender às normas e padrões estabelecidos pela legislação vigente ;
- Proposta de Proteção de Espécies ameaçadas e vulneráveis a extinção, constantes de listagens oficiais do MMA, para a área diretamente afetada;
- Segurança e Emergência, incluindo medidas de proteção das comunidades de entorno.

### Audidores Independentes

Nossa política de contratação de nossos auditores independentes para outros serviços que não auditoria leva em consideração as suas normas profissionais de preservação de sua independência. Durante o período findo em 30 de junho de 2010 a companhia contratou serviços profissionais de nossos auditores independentes referente ao processo de distribuições de ações, e em 30 de junho de 2009 a Companhia não contratou quaisquer serviços profissionais de nossos auditores independentes a não ser aqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.





<i>ANEEL</i>	<i>Agência Nacional de Energia Elétrica.</i>
<i>BNB</i>	<i>Banco do Nordeste do Brasil S.A.</i>
<i>BNDES</i>	<i>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.</i>
<i>Capacidade Instalada</i>	<i>Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma Unidade Geradora, usina hidrelétrica ou parque gerador.</i>
<i>CCEE</i>	<i>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica fiscalizada pela ANEEL, cuja principal função é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional.</i>
<i>COELBA</i>	<i>Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA.</i>
<i>Consumidores Cativos</i>	<i>Consumidores que não podem negociar livremente a aquisição de energia elétrica e que são atendidos pelas respectivas Distribuidoras locais.</i>
<i>Consumidores Especiais</i>	<i>Consumidores com demanda contratada entre 0,5MW e 3,0MW, elegíveis para contratar energia de fontes energéticas alternativas.</i>
<i>Consumidores Industriais</i>	<i>Indústrias atendidas por fornecedores de energia elétrica na qualidade de Consumidor Livre.</i>
<i>Consumidores Livres</i>	<i>Consumidores que podem negociar a aquisição de energia elétrica livremente com quaisquer fornecedores de energia que atuam no Ambiente de Contratação Livre, cuja demanda excede 3MW, em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após julho de 1995.</i>
<i>Debêntures da Enerbras</i>	<i>Debêntures simples, não conversíveis em ações, divididas em séries, com data de vencimento prevista para julho de 2026.</i>
<i>Encargos de P&amp;D</i>	<i>De acordo com a Lei, as concessionárias de serviço público de geração e transmissão são obrigadas a investir anualmente ao menos 1% de sua receita líquida em P&amp;D (pesquisa e desenvolvimento), com exceção das companhias que geram energia por meio de fontes renováveis.</i>
<i>Enerbras</i>	<i>Enerbras Centrais Elétricas S.A.</i>
<i>Energia Assegurada ou Energia Firme</i>	<i>A energia assegurada é a garantia física da usina hidrelétrica, ou seja, constitui seu limite de contratação. Considera-se energia assegurada de cada usina hidrelétrica a</i>



*fração a ela alocada da energia assegurada global do sistema*

<i>EPE</i>	<i>Empresa de Pesquisa Energética, braço operacional do MME nas atividades de planejamento da expansão.</i>
<i>Espra</i>	<i>Energética Serra da Prata S.A.</i>
<i>Fator de Capacidade</i>	<i>O fator de capacidade de uma estação de geração de energia elétrica é a proporção entre a produção efetiva da usina em um período de tempo e sua capacidade total máxima.</i>
<i>FIP Ambiental</i>	<i>Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, cujos quotistas são grandes fundos de pensão e investidores brasileiros, incluindo o Santander, gerido pelo Santander e administrado pela CEF.</i>
<i>Gigawatt (GW)</i>	<i>Unidade equivalente a um bilhão de watts.</i>
<i>Gigawatt hora (GWh)</i>	<i>Unidade equivalente a um gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por uma hora ou um bilhão de watts-hora.</i>
<i>Hourtin Holdings</i>	<i>Hourtin Holdings S.A.</i>
<i>IGPM</i>	<i>Índice Geral de Preços ao Mercado, índice de inflação calculado e divulgado pela FGV.</i>
<i>InfraBrasil</i>	<i>InfraBrasil - Fundo de Investimento em Participações, cujos quotistas são grandes fundos de pensão e investidores brasileiros, incluindo o Santander, gerido e administrado pelo Santander</i>
<i>GWEC</i>	<i>Global Wind Energy Council</i>



<i>Mercado Livre</i>	<i>Ambiente de contratação livre onde são efetuadas as operações de compra e venda de energia elétrica a preços livremente negociados entre, Geradoras, Consumidores Livres e Comercializadoras</i>
<i>MME</i>	<i>Ministério de Minas e Energia</i>
<i>LER</i>	<i>Leilão de Energia de Reserva</i>
<i>PDE</i>	<i>Plano Decenal de Expansão de Energia</i>
<i>PPA</i>	<i>Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica</i>
<i>PLD</i>	<i>Preço de Liquidação de Diferenças</i>
<i>LFA</i>	<i>Leilão de Fontes Alternativas</i>
<i>Tarifa Fio</i>	<i>Custos do serviço de transporte de energia</i>
<i>TUSD</i>	<i>Tarifa de Uso do Sistema</i>
<i>TUST</i>	<i>Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão</i>
<i>SIN</i>	<i>Sistema Integrado Nacional</i>
<i>CCEI</i>	<i>Contrato de Compra de Energia Incentivada</i>
<i>KW</i>	<i>Unidade equivalente a mil watts</i>
<i>MW</i>	<i>Unidade equivalente a um milhão watts</i>
<i>CAGR</i>	<i>Compound Annual Growth/Crescimento Annual Composto</i>
<i>MDL</i>	<i>Mecanismo de desenvolvimento limpo</i>
<i>CER</i>	<i>Certified Emission Reduction (Redução de Emissões Certificada), referente à créditos de carbono que podem ser gerados pelos projetos de geração por fontes renováveis</i>
<i>PCH</i>	<i>Pequena Central Hidroelétrica. Usina com Capacidade Instalada entre 1MW e 30MW .</i>
<i>PROINFA</i>	<i>Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica</i>



## Sites Relacionados

**Associação Brasileira de Energia Eólica**

[www.abeeolica.org.br](http://www.abeeolica.org.br)

**Empresa de Pesquisa Energética**

[www.epe.gov.br](http://www.epe.gov.br)

**Ministério de Minas e Energia**

[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)

**Global Wind Energy Council**

[www.gwec.net](http://www.gwec.net)

**European Wind Energy Association**

[www.ewea.org](http://www.ewea.org)

**American Wind Energy Association**

[www.awea.org](http://www.awea.org)